

AMAZÔNIAS, AMAZÔNIA: HISTORIOGRAFIA E MEMÓRIA DA DITADURA MILITAR NO NORTE DO BRASIL

AMAZÔNIAS, AMAZÔNIA: HISTORIOGRAPHY AND MEMORY OF THE MILITARY DICTATORSHIP IN NORTHERN BRAZIL



Leonardo Bentes Rodrigues¹

Resumo

O artigo propõe analisar o estado da arte da historiografia da Ditadura militar no norte do Brasil, com o objetivo de desmistificar a partir da investigação histórica, a narrativa de um território marcado pela “marginalidade”. Destacando os limites dos discursos de “vazio” e “silenciamento” na historicidade das Amazônias, que espreiam na tentativa de ocultar o dinamismo da resistência dos habitantes aos seus propósitos colonizadores autoritários. Aliás, urge em nossa região uma preocupação historiográfica capaz de apresentá-la como lugares de referência, sempre no plural, percebê-la como um centro dinâmico cuja especificidade política, intelectual, cultural, ambiental e econômica necessita ser compreendida a partir de sua própria historicidade.

Palavras-chave: Amazônia; ditadura militar; historiografia.

Abstract

This article aims to analyze the state of the art of the historiography of the military dictatorship in northern Brazil, with the aim of demystifying, through historical research, the narrative of a territory marked by “marginality”. It highlights the limits of the discourses of “emptiness” and “silencing” in the historicity of the Amazon, which spread in an attempt to hide the dynamism of the inhabitants’ resistance to their authoritarian colonizing purposes. In fact, there is an urgent need in our region for a historiographical concern capable of presenting it as places of reference, always in the plural, perceiving it as a dynamic center whose political, intellectual, cultural, environmental and economic specificity needs to be understood from its own historicity.

Keywords: Amazonia; military dictatorship; historiography.

¹ Mestre em História Social pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. E-mail: leobentesr@gmail.com.



Considerações iniciais

Três dias antes da Ditadura militar² adensar seus aparelhos autoritários através da promulgação do AI-5 em 1968, o jornalista Lúcio Flávio Pinto denunciou na imprensa os propósitos colonizadores do regime na região amazônica. Nomeou de “colonialismo interno” as ações de vendas de terras aos estrangeiros, a invasão pelo capital nacional e internacional através de incentivos fiscais, e a causa da ausência de progresso social, cujo objetivo dirigia em respaldar a estratégia de ocupação da região: “na nossa terra que já não é nossa, ninguém vai denunciar esta invasão, ninguém vai dizer que estamos sendo explorados”³. Trata-se, talvez, das primeiras críticas veladas à situação colonial reforçada pelos militares.

Derrotado o projeto nacionalista das Reformas de Base em 1964, os militares desenvolveram arbitrariamente o seu programa de modernização autoritária, persistindo na memória coletiva como saudoso período de efetiva ordem e progresso e forçado ao limbo a inexistência da repressão. Porém, com o desenvolvimento da pesquisa histórica a partir da análise de outras fontes documentais, munida também de novas perspectivas teóricas, os estudos das consequências da ditadura na Amazônia brasileira despontam para outra conjuntura distinta das representações de “passividade” e “isolamento geográfico”. Posteriormente, declarou, num verdadeiro manifesto *decolonial*, que a região “não é terra nula e não é o espaço vazio dos militares e da sua geopolítica. Esta terra tem uma história densa”⁴.

Este artigo tem por objetivo analisar a produção de historiadores (as) no norte do Brasil, com vistas de atualizar o debate historiográfico sobre a história da Ditadura militar, trazendo para o centro a densidade das experiências históricas narradas na região. Incentivados, queremos traçar um contraponto à narrativa de terra desolada pelo vazio, arrasada e amansada pelo colonizador.

² Preferimos compreender que o regime subsequente ao golpe civil militar foi uma *ditadura militar*. Embora concordamos com René Dreifuss, do apoio crucial da classe empresarial burguesa na conspiração contra Goulart, não queremos sustentar a perspectiva que relega ao povo uma cumplicidade homogênea ao poder. Sobretudo, apoiamos Carlos Fico ao afirmar que “não é o apoio político que determina a natureza dos eventos da história, mas a efetiva participação dos agentes históricos em sua configuração”. Isto é enfático na medida em que todos os presidentes do país durante a ditadura foram militares e sustentados no poder através de medidas autoritárias, a exemplo do Ato Institucional N° 5 usado como instrumento de enquadramento de dissidentes liberais que tornou a ditadura mais “militar” e truculenta ou no impedimento da posse presidencial do civil Pedro Aleixo em 1969. In. FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 9.

³ *A Província do Pará*, Belém, 10 de dezembro de 1968.

⁴ *Jornal Povoal*, Belém, dezembro de 2006.



Amazônia x Amazônias: a escrita conquistadora numa constelação plural

Tomemos como início de nossa análise a edição especial da *Folha de São Paulo* (1967), quando o mesmo convocou uma “cruzada cívica” em direção ao norte do país com o objetivo de ocupar a região considerada “vazia de terra e de gente”. Para esta batalha, representou o Exército como força protagonista, a partir do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus, cujos soldados treinados a partir das técnicas de contraguerrilhas estariam de prontidão contra a suposta ameaça de “internacionalização” estrangeira. Em outras trincheiras, assumindo o compromisso de racionalizar tal discurso colonizador, os intelectuais, em grande parte historiadores, economistas, sociólogos, bem como políticos e empresários alinhados à ditadura, couberam à função de escrever a história da região. Ambos, soldados bélicos ou letrados, foram convocados para a “guerra na selva” numa região descrita como “indepassada” e “impenetrada” pelo homem, cujo propósito tratava-se de tomar o território de forma “racional” e “progressiva” com a sanha intenção de explorar e pilhar⁵.

Cientes desta “missão civilizadora”, os intelectuais não tardaram de ressaltar a face “primitiva” e “subdesenvolvida” da região, descrevendo como “um vazio cheio de riquezas” e incitando a exploração da economia amazônica a partir da devastação de seu ecossistema, seja pela caça desenfreada ou pela extração de recursos minerais e vegetais⁶. Esse discurso também se estendeu aos corpos e mentes dos povos tradicionais que habitam ao longo dos rios, caracterizando-os como sujeitos “inertes” e “carentes de modernização” que deveriam ser incorporados ao projeto de “integração” imposta pelos militares⁷. Paradoxalmente, o jornal frisou como causa do problema a grande concentração de “indígenas não integrados” ou “precariamente integrados” na comunidade nacional, estes prestavam serviços aos militares nas fronteiras, enquanto os considerados “selvagens” restavam a força da conquista além da crença de que eram mera continuação da natureza⁸. Embora destacando que suas presenças poderiam colaborar para a ocupação do espaço, consideravam tal

⁵ *Folha de São Paulo*, Suplemento Especial, São Paulo, 16 de abril de 1967.

⁶ Idem.

⁷ HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 84.

⁸ ALMEIDA, Alfredo W. B. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008, p. 30.



“contribuição” como negativa, pois, estavam a “maneira da terra em que habitam” e se encontravam “marginalizados da vida brasileira”. Logo, imperava a necessidade de integrá-los ao país, ou seja, colocá-los na posição subalterna das tarefas de desbravamento e ocupação da região outrora liderada pelos militares. Afinal, creditava-se que para povoar e garantir o desenvolvimento desse “continente vazio” era preciso de “gente brasileira”⁹.

Cumprindo tal missão, os intelectuais conservadores não tardaram de justificar a subalternidade dos povos originários, esboçando em suas obras o tipo ideal para formar a identidade brasileira e povoar a nação. Nestas linhas, os indígenas foram postos literalmente à margem. Indiscutivelmente, sob o jugo do regime tutelar, foram oprimidos não só pela ação truculenta do Estado que impediam sua autonomia, mas, também foram condenados pela escrita através desta concepção que endossou a tradição de domínio, vigilância e punição, que os julgavam por serem incapazes de decidirem o seu próprio destino. Logo, eufemisticamente descritas, os modos de dominação foram representados, a partir da intervenção do Estado brasileiro, como formas de “proteção”, “pacificação” e prestação de “assistência” aos povos indígenas, sendo atualizada em diferentes temporalidades, enfatizando a anulação de sua autonomia¹⁰. Tal “responsabilidade civilizatória” promovida pelo Estado brasileiro durante a ditadura militar se apoiou na justificativa de controlar politicamente a sociedade dominada a partir de princípios humanitários, afinal, a exploração econômica se apoia sobre uma tomada de posse política¹¹.

Neste aspecto, não podemos deixar de referenciar a Antropologia Política de George Balandier, em específico a noção de *situação colonial*, ao afirmar que cada setor da sociedade tem por função assegurar a dominação em um domínio preciso: político, econômico e espiritual. Assim, o controle da sociedade se exprime pelo *estado de fato* e *estado de direito* que repousa sobre a ideologia e justificado por um sistema de racionalizações e pseudojustificativas¹². Aliás, o antropólogo João Pacheco de Oliveira resalta que esse desejo pelo poder não faz parte das motivações originais dos colonizadores, porém, resultado da experiência vivida na situação colonial¹³. Tomemos

⁹ Folha de São Paulo, Op. Cit.

¹⁰ OLIVEIRA, João P. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação das alteridades*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016, p. 15.

¹¹ BALANDIER, Georges. A situação colonial: abordagem teórica. *Cadernos Ceru*, v. 25, n.1. São Paulo, 2014.

¹² BALANDIER, Op. Cit., p. 50.

¹³ OLIVEIRA, Op. Cit., p. 20.



como exemplo a tomada dos recursos dos colonizados, que ao longo da história foram qualificados como “livres” e não “utilizáveis” a partir de justificativas jurídicas e administrativas que respaldaram a apropriação dos recursos pelos colonizadores. Assim, o mito do “vazio demográfico” se insere nesse quadro, como processo de saque e pilhagem destinados aos vencedores e justificado historicamente¹⁴.

Concomitantemente, também direcionamos o olhar para a análise capaz de traçar relações entre os fatores internacionais, nacionais e regionais, a fim de esclarecer a complexidade de uma região amplamente vigiada por estrangeiros num contexto global de Guerra Fria e marcada por uma situação colonial reforçada durante a conjuntura da ditadura militar. Aliás, é fundamental o entendimento da dinâmica de articulação ideológica entre agentes estrangeiros e nacionais dentro de relações de conciliação e acomodação, principalmente dos que mantiveram o forte aparato de vigilância e dominação política sobre o território a partir de 1964.

A propósito, a própria noção de “Amazônia” trata-se de uma invenção, além de funcionar como uma das marcas mais profundas da colonialidade do poder e do saber. Neste sentido, as noções sobre o termo não refletem o “mundo real” de nossas existências, pois, tais narrativas de pertencimento e identidades nacionais são fantasiosas e inventadas por sujeitos de diferentes espaços/tempos como referências de sua tomada de posse. Em síntese, esse conjunto de “conhecimentos” ou narrativas que descreve, imagina, classifica, cataloga e analisa a região é definida como *amazonialismo*, ou seja, a criação de um “lugar” no mundo como resultado da expansão dos impérios e incluída no seu projeto colonial moderno, difundindo pelo globo a noção de “vazio” para sonhar cartografias e inventar regiões imaginadas, como em África, o “Oriente” e na própria América¹⁵.

É aqui que se encaixam as representações que levaram à compreensão errônea sobre a região amazônica e principalmente, o modo como tem sido interpretada, classificada e legitimada pelo pensamento oficial. Aliás, podemos notar facilmente na edição do jornal analisado, ao folhear suas páginas, a presença constante de noções de “civilização” e “vida selvagem”, “progresso” e “atraso”, “modernidade” e “primitivismo”, “racional” e “nativo” presentes nos diversos artigos escritos por

¹⁴ ALMEIDA, Op. Cit., p. 17.

¹⁵ ALBUQUERQUE, Gerson. Amazonialismo. In _____; PACHECO, A. (orgs.). *Uwakürü: Dicionário analítico*. Rio Branco: Nepan Editora, 2016, p.79.



intelectuais influenciados por argumentos bio-organicistas e noções do geografismo que obstaculizam a compreensão crítica da realidade plural amazônica¹⁶.

Essas representações sobre os sujeitos sociais na região podem ser encontradas desde os jornais da grande Imprensa aos documentos sensíveis dos órgãos de monitoramento nacional e estrangeiro, por exemplo, o conteúdo dos relatórios estadunidense que visava produzir informações sobre a movimentação política e sobre a implementação dos projetos econômicos realizados pelos governos locais. Por vezes eivados de posturas preconceituosas, descreviam a região como “lugar quente e pegajoso” e um “mundo distante”. Diante das crises políticas, os percalços dos problemas de comunicação com as demais regiões do país eram evidentes, porém, não hesitaram em compactuar com a postura do *Jornal do Brasil* que descreveu em seu editorial ser “mais fácil e rápido descobrir o que está acontecendo em Saigon do que em Manaus”¹⁷.

Numa perspectiva de longa duração, os efeitos de uma história linear e sem significado com a existência real foram postos “goela a baixo” a partir de um conjunto de narrativas amplamente difundido, repetido e cristalizado que eliminaram violentamente suas línguas, memórias, cultura e história durante a instituição da “Amazônia”. Principalmente entre os séculos XVI e XIX, quando seus povos, rios, fauna e flora foram inventados e catalogados, fabricando identidades e fronteiras singulares, além de narrativas que homogeneizaram os diferentes sujeitos e suas crenças, fazeres e práticas culturais¹⁸.

Ademais, essas articulações sistemáticas entre intelectuais, civis e militares não se encontravam fracionárias, mas, resultado da união contrária a um inimigo comum. Longe disso, as ações e organizações eram interligadas e os objetivos eram congruentes às estratégias da elite orgânica a médio e curto prazo¹⁹. Na verdade, essa inter-relação entre intelectuais e militares se manifestou a partir da cultura política brasileira, baseada no autoritarismo e no elitismo, cujo objetivo tratava-se de excluir as massas das decisões políticas do país, consideradas “incapazes” de atuar politicamente e dirigir

¹⁶ ALMEIDA, Op. Cit., p. 11 – 13.

¹⁷ EUA, Arquivo Nacional. Resumo Mensal – setembro 1963, Não classificado. Aerograma do Consulado Americano – Belém para o Departamento de Estado (EUA), 4 de outubro de 1963. EUA, Arquivo Nacional. Week 33, Nº A- 1501 – Confidencial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para Departamento de Estado (EUA), 19 de junho de 1964.

¹⁸ ALBUQUERQUE, Amazonialismo, Op. Cit., p. 78.

¹⁹ DREIFFUS, René A. 1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981, p. 368.



os rumos da nação, além de assumirem postos na gestão pública, também apresentaram contribuições teóricas para justificar o autoritarismo da ditadura²⁰.

Cabe aqui fazer referência a obra de Arthur Reis, *Súmula de História do Amazonas* (1965), publicado durante seu mandato enquanto governador do Amazonas (1964 – 1967) cujo objetivo tratava de preparar os professores a ensinar a história do Amazonas, ali havia uma “reafirmação de uma narrativa simpática à ditadura militar”²¹.

Neste sentido, essa produção intelectual se esforçou para dar razão a tomada de posse não só do território, mas dos corpos e mentes dos sujeitos que habitavam a região, descrevendo-os como “seres esvaziados” de saber, de ciência, de fazer política e principalmente, sem horizonte de expectativa, portanto, isentos do devir histórico. Some-se a isto, a descrição de “atraso” alimentou essas representações ao oferecer o entendimento de que a região era ociosa de “falta de trabalhadores e de capitais capazes de inseri-los nos circuitos de produção e consumo do sistema capitalista global” para a exploração de seus recursos naturais²². O historiador Sidney Lobato nos chama atenção ao afirmar que essa descrição é recorrente nas caracterizações da região produzidas pelos intelectuais no decorrer da história.

Em suma, trata-se de uma *escrita conquistadora*, reduzindo o território a uma página em branco, onde o ocidente pode escrever nela o quiser, colonizando através de seu discurso de poder²³. Ademais, não podemos deixar de citar que essa maneira de “interpretar” as gentes amazônicas também fora influenciada pelas ideias de “progresso” e “evolução histórica”, explicitamente presentes nos textos e abordagens que concebem sua formação histórica como mero desdobramento do “desenvolvimento capitalista ocidental”.²⁴

Contudo, se por um lado essa intelectualidade justificou e imprimiu tais representações tanto na historiografia quanto na opinião pública, é a partir do pensamento científico crítico aliado ao conhecimento dos povos originários e

²⁰ SILVA, Michel G. Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil. In. SILVA, M.G; TORRES, M. G (orgs.). *Intelectuais, cultura política e ditadura no Brasil*. Curitiba: Editora Prismas, 2017, p. 21.

²¹ AMARAL, Vinicius A. *O “cruzado amazônico”: A trajetória pública e o governo de Arthur Cezar Ferreira Reis (1930 – 1970)*. Tese de doutorado em História PPGH/UFF, 2021, p. 314.

²² LOBATO, Sidney. Os empresários e a Amazônia: Planejamento regional e protagonismo empresarial no início da ditadura militar (1964 – 1966). In. REIS, T. S. et all. *Coleção história do tempo presente*. Vol 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020, p. 95.

²³ CERTEAU, Michel. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 10.

²⁴ ALBUQUERQUE, Gerson R. *História e Historiografia do Acre: Notas sobre os silêncios e a lógica do progresso*. *Tropos: comunicação, sociedade e cultura*. Vol. 1, n. 4, 2015, p. 7 – 12.



tradicionais que podemos oferecer o contraponto a essas permanências que insistem em povoar a nossa história. Neste sentido, conforme afirma Gerson Albuquerque, é preciso “disposição de olhar para o horizonte e procurar nas diferenças as possibilidades de um mundo imprevisível”, habitado por outras formas e sentidos de viver, compreender e explicar o tempo.²⁵

Alguns apontamentos sobre o estado da arte da historiografia da história da ditadura no norte do Brasil

Sendo assim, estimulados a escovar a história a contrapelo, dirigimos quatro pontos para reflexão de nossa crítica às permanências desta escrita conquistadora.

Primeiramente, neste presente onde o negacionismo influência e chega a reger o debate na opinião pública, é necessário frisar uma constatação precisa e didática: houve ditadura no norte do país. Ao longo dos anos, os militares apoiados pelos civis, enfatizaram tal discurso sustentando a hipótese de que não houve resistência tenaz de opositores, pois, o “isolamento geográfico” aliado ao forte aparato repressor impossibilitaram suas ações contra a ditadura, ressaltado na perspectiva de que num eventual choque com as forças de repressão, não haveria para onde fugir devido às distâncias geográficas.

No Amazonas, por exemplo, imperava nas colunas dos jornais a afirmação de que seus habitantes eram “medrosos” e “calados” diante da tensão desencadeada pelas forças da repressão²⁶. Somado a isto, outros discursos frisavam a ausência de conscientização dos problemas e o juízo de que os sujeitos imbuídos por sua natureza “pacifista” optaram pela total acomodação. Três dias após o golpe, o jornal *A Província do Pará* destacou em suas folhas a “índole pacífica” do povo brasileiro, em específico dos paraenses a partir de sua natureza “calma” e “tranquila”, publicaram uma fotografia que registrou populares jogando futebol e frequentando tranquilamente um parque em Belém. Nesta conjuntura, enquanto os militares e civis devolveriam a harmonia social tomada pelas ações dos “maus brasileiros”, o povo esperava por dias melhores exalando o seu pacifismo a partir da prática do futebol, como demonstração de maior acomodação inerente a nossa identidade, descrita como “a nossa maior glória”²⁷.

²⁵ ALBUQUERQUE, *História e Historiografia do Acre*, Op. Cit., p. 18.

²⁶ *A crítica*, Manaus, 11 de novembro de 1968.

²⁷ *A Província do Pará*, Belém, 4 de abril de 1964.



Em segundo lugar, atrelado a essas visões reducionistas, outro fator teve como objetivo desestimular a pesquisa histórica sobre o contexto da ditadura na região: a ausência de documentação histórica. Esse discurso ressalta que tanto os militares, quanto os civis alinhados foram cautelosos em não deixar rastros, impedindo a preservação de registros que oferecesse maior aprofundamento nas possibilidades de pesquisa. Ledo engano!

Paradoxalmente, as ações de preservação de documentos pela própria ditadura a partir dos relatórios de monitoramento do Serviço Nacional de Informações (SNI) possibilitam a ampliação do escopo da pesquisa histórica, permitindo a análise de múltiplas e distintas formas de resistência. Some-se a isto, a abertura e digitalização de dossiês de espionagem da Secretaria de Estado dos Estados Unidos, a liberação da consulta pública de Inquéritos Policiais Militares (IPM) das antigas Delegacias de Ordem Social, além de toda a documentação que unia a rede de informações formadas pelo Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA), Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Polícia Federal e centralizada no SNI, nos permitem debruçar nessa “tentacular máquina repressiva” montada em todo o país²⁸.

Essa documentação oferece ao historiador a oportunidade de análise significativa dos discursos do poder, observando a resistência nas entrelinhas, além da prática do discurso oculto para perceber as persistências de suas táticas contra as estratégias dos militares, mesmo que não tenham ganhado batalhas premeditadas, garantiram vitórias em campanhas de longo prazo²⁹.

Em terceiro lugar, na contramão da memória hegemônica, outras representações que evidenciam os protagonistas sociais como sujeitos dinâmicos foram apresentados a partir de árdua pesquisa histórica possibilitadas por essa abertura documental. Recentemente, contribui a partir de minha dissertação defendida em 2022, para o estudo daquilo que denominei como “redes de resistência”³⁰, ou seja, a construção de espaços de trocas de táticas entre os estudantes

²⁸ ISHAQ, Vivien; et all. *A escrita da repressão e da subversão, 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012, p. 204. Dois grandes repositórios digitais podem ser acessados: o acervo *Documenting U.S. – Brazil Relations* (1960 – 1980) e o *Memórias Reveladas* do Arquivo Nacional.

²⁹ SCOTT, James. *A Dominação e a Arte de Resistência*. Letra Livre: Lisboa, 2013.

³⁰ RODRIGUES, Leonardo B. *Norte resistência: experiências estudantis, cultura política e a Ditadura militar no Amazonas* (1964 - 1985). Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2022.



das diversas regiões do Brasil com a finalidade de organizar ou reorganizar as práticas de resistências durante a ditadura militar. Com o propósito de refutar o “discurso de marginalidade” no Amazonas, podemos refletir essas redes como contraponto a tal sentença, sendo eficaz na crítica às narrativas hegemônicas que respaldam no discurso geográfico o fator da ausência de mobilizações ou ações opositoras ao autoritarismo.

Aliás, esse discurso é resultado da construção histórica fincada em caracterizações reproduzidas pelo ocidente, cujo refinamento desta perspectiva pode ser encontrado a partir das reflexões esboçadas por Euclides da Cunha ao definir a ideia de que a região seria uma “terra ainda em formação”. Assim, estando em “estado de desordem”, não estaria preparada para receber a civilização. Deste modo, encontrava-se à *margem da história* por se estar num estágio primitivo de evolução, cabendo ao Estado a função de eliminar tais distâncias a partir de ações governamentais. Logo, os discursos de “isolamento humano”, “abandono crônico” e “passividade” tiveram como objetivo pôr o sujeito amazônico sempre “à margem”, negligenciando suas experiências históricas³¹.

Em recente artigo, o historiador César Queirós ressalta que a presença deste discurso visou difundir “uma profunda invisibilidade” sobre a repressão e as formas de resistência na região, pairando sobre nossa historiografia a inexistência da resistência à ditadura militar³². Acreditamos que este tipo de discurso foi incentivado pela cultura política brasileira que enfatiza como justificativa a docilidade ou acomodação da população.

Resta ainda pensarmos num “silêncio produzido” sobre os sujeitos históricos que resistiram ou foram vítimas diretas do autoritarismo, e sequer foram registrados pelos documentos oficiais elaborados pela comunidade de informações, tendo suas experiências históricas oficialmente invisibilizadas, mas não totalmente pela história escovada a contrapelo. De acordo com a historiadora Edilza Fontes, o exemplo disso pode ser constatado no caso da repressão ao líder sindical Benedito Serra, no qual as informações de suas atividades políticas advêm apenas de relatos jornalísticos e até o momento não foram encontrados relatórios de espionagem sobre sua trajetória política, mesmo diante do vasto monitoramento das atividades de outros sujeitos, como o deputado Benedito Monteiro, preso e acusado de subversão após o golpe. Para

³¹ Cf. PINTO, Renan F. A Amazônia de Euclides da Cunha. In: CUNHA, E. *Amazônia – Um paraíso perdido*. Manaus: Editora Valer, 2011, p. 9.

³² QUEIRÓS, Cesar A. B. “Amazônia em Armas”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. *Revista Labirinto*, Vol. 31, 2019.



Fontes, “parece ilógico que Benedito Monteiro teve suas atividades acompanhadas e Benedito Serra não”, enquanto

sua prisão e tortura demonstram a importância social de suas atividades, e o silêncio destes registros quebram a lógica dos agentes do SNI. Resta-nos pensar em um silêncio produzido, dada a morte do sindicalista³³.

Aliás, o golpe também anulou o horizonte de expectativa de inúmeras trajetórias de vidas. Tomemos como exemplo a perseguição ao sociólogo Hélio Khoury descrita pelo historiador Francisco Bento da Silva: assessor do governador acreano e entusiasta do método educacional Paulo Freire, Khoury desenvolvia seu trabalho no campo da alfabetização de adultos influenciado por sua experiência no nordeste, onde entrou em contato com as mazelas cotidianas do trabalhador brasileiro. Foi tachado de “elemento perigoso”, “desagregador da ordem” e “adepto do comunismo” além de ser acusado de insuflar os trabalhadores do campo a partir de seu método educacional.

Também descreve o “exílio forçado” da ex-deputada Maria Lúcia e esposa do governador acreano cassado, José Augusto, expulsos de sua cidade para o Rio de Janeiro, pois suas presenças no Acre eram consideradas inconvenientes pelo então governador alinhado a ditadura. Destacamos as consequências da tortura psicológica advindas destas perseguições, uma vez que esses sujeitos foram forçados a reconstruir suas vidas em lugares distantes, longe de familiares e amigos, escondendo suas identidades para que não sofressem retaliações³⁴.

No que tange às produções sobre os povos indígenas, as pesquisas do historiador Jaci Vieira evidenciam seus protagonismos frente a repressão das políticas desenvolvimentistas influenciadas pela “Operação Amazônia”³⁵. Longe de enxergá-los como sujeitos inertes, Vieira analisa suas práticas de resistência e libertação organizadas em Roraima com o apoio dos missionários da Igreja Católica entre 1969 e 1999. Ressalta ainda que a ditadura os considerava como “figura inútil” que ocupavam as áreas mais ricas do país, impedindo a sua exploração e ocasionando prejuízo à

³³ FONTES, Edilza. J. Uma reforma agrária e dois Beneditos: prisões e assassinatos em 1964, no Pará. In: QUEIRÓS, C. A. B.; UGARTE, A. S. (Orgs.). *Trajetoárias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019, p. 243.

³⁴ SILVA, Francisco B. *O golpe militar de 64 no Estado do Acre, Brasil: denunciismo, fragilidade democrática e hipertrofia do executivo*. In: VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004, p. 14.

³⁵ Idealizada pelo governo Castelo Branco, tratava-se de um conjunto de projetos que visou a integração da região ao contexto socioeconômico nacional a partir da implantação da malha de grandes eixos de comunicação e transporte – como exemplo as execuções da rodovia Transamazônica e a BR 174 – cujo objetivo tratava de vencer o “vazio demográfico” da região a partir do lema “integrar para não entregar”.



nação. Como consequência, o dever do regime era transformá-los em “seres úteis à pátria”. Destaca que a forte presença da teologia da libertação na região foi visível na ação da Pastoral Indígena, lugar no qual padres e freiras passaram a se comprometer com a problemática da realidade dos povos originários. A partir desta movimentação, na década de 70, indígena das etnias Macuxi e Wapichana passaram a ser protagonistas na luta pela homologação da terra e da criação de assembleias gerais que perduram até hoje³⁶.

Afinal, de acordo com a historiadora Talita Magalhães, o movimento indígena vem organizando seus próprios meios de resistência ao longo da história. Isto pode ser notado a partir de sua análise do Relatório Figueiredo, ao descrever a possibilidade da presença das táticas de resistência mesmo diante da atuação do Serviço Proteção aos Índios (SPI) que priorizou o controle das áreas de exploração do Vale do Javari (Amazonas) durante as décadas de 60 e 80, em detrimento da assistência aos povos indígenas³⁷. Aliás, Michel de Certeau orienta os nossos olhares para as astúcias destes sujeitos em burlar tais estratégias de disciplinamento, sendo as táticas denominadas por ele como “artes dos fracos”, suas práticas caracterizam-se pela capacidade afirmativa, criativa e fundadora em resistir contra as ordens dominantes³⁸. Logo, mesmo silenciada pela força da repressão, nossa região resistira de diferentes modos, até mesmo em silêncio, articulando nas entrelinhas da história dominante.

No Amapá, por exemplo, a aparência “provinciana, pacata, ordeira e submissa” de sua sociedade quis ocultar o que o historiador Dorival dos Santos denominou de “resistência molecular”, ou seja, uma ação às escondidas,

disfarçada de molecagem, de arte, de músicas, de silêncios, de recusas e afirmações, uma resistência nem sempre consciente, porém indicativa de uma luta de indivíduos e grupos para sobreviverem livres e autônomos em uma condição opressiva e castradora³⁹.

Neste sentido, foram os jovens, em sua grande maioria estudantes, a tônica das criações de táticas contra o autoritarismo. Confrontando diretamente o *status quo*,

³⁶ VIEIRA, Jaci G. *Ditadura Militar, povos indígenas e a Igreja Católica na Amazônia: a Congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre os índios de Roraima (1969 a 1999)*. Manaus: Editora Valer, 2019.

³⁷ MAGALHÃES, Talita G. *O Relatório de Jäder de Figueiredo: Memórias, a violação dos direitos indígenas e a ditadura civil-militar no Amazonas (1962 – 1968)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2020.

³⁸ CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

³⁹ SANTOS, Dorival C. *O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação – 1964/1974*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UNICAMP, Campinas, 2001, p. 97.



saíam de noite com o objetivo de quebrar placas de sinalização, apedrejar órgãos públicos e depredar veículos de autoridades, além de materializarem suas revoltas em forma de pichações e *graffiti* nos muros da capital Macapá. Suas ações foram lidas como “atos de molecagem” e “vandalismo” pelas autoridades, porém, foram praticados de forma consciente, como atos de confronto, em especial pela arte da rebeldia, expressas muita das vezes no ambiente escolar contra os professores alinhados a ditadura⁴⁰.

Aliás, os horizontes da resistência contra o autoritarismo também foram vislumbrados pelos movimentos culturais em Manaus. O historiador Vinícius Amaral analisou as ações políticas e culturais do poeta Aldísio Filgueiras como sujeito histórico que não apenas vivenciou o contexto, mas se envolveu com os diferentes gêneros artísticos comprometidos contra o autoritarismo. Em junho de 1966, os secundaristas (entre os quais, o próprio Filgueiras) lideraram os protestos no Colégio Estadual do Amazonas contra a precariedade do sistema de educação pública. A Polícia Militar desobstruiu o piquete feito pelos secundaristas para impedir a entrada de pessoas na instituição, porém, não foi o suficiente para desmobilizar a ação estudantil. Ao utilizar da história oral, Amaral destaca a entrevista narrada pelo poeta em que afirma que a “sociedade amazonense” parece ter se rendido fácil à ditadura e a mesma controlava rapidamente a rebeldia daqueles que resistiam⁴¹. Contudo, tomemos cuidado para que o discurso de uma cidade constantemente vigiada, espionada e controlada não possa limitar a compreensão de que as resistências eram inexistentes ou simplesmente inúteis.

Mesmo monitorados pelo intenso aparato de espionagem militar, tais ações não foram capazes de coibir táticas de oposição durante a visita do general Costa e Silva em 1966. Estudantes distribuíram na Universidade do Amazonas (UA) e em várias escolas secundárias da capital, cópias do manifesto estudantil cujo conteúdo tecia críticas à ditadura brasileira. Além disso, um estudante foi preso em frente ao hotel onde estava hospedado o general, acusado de conspirar contra sua segurança por carregar uma pistola e agir de forma suspeita⁴².

⁴⁰ Idem.

⁴¹ AMARAL, Vinícius A. “*Ou a revolta ou a obediência estúpida*”: Aldísio Filgueiras frente à ditadura civil-militar (1964-1968). Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2015.

⁴² EUA, Arquivo Nacional. Expressões de descontentamentos dos estudantes no norte. Nº A-13. Confidencial. Aerograma enviado da Embaixada do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado (EUA), 26 de setembro de 1966.



Outro exemplo que expressa essas Amazônias em movimento pode ser encontrado na pesquisa do historiador César Queirós, propondo a existência de uma rede de relações entre Belém e Manaus ao analisar a tentativa de guerrilha ocorrida no Amazonas em 1967. O grupo formado por estudantes, soldados e trabalhadores rurais, foi apoiado por intelectuais em Belém e liderado pelo venezuelano Ricardo Gomez, reconhecido como “especialista em subversão” na América Latina. Seu objetivo tratava-se de recrutar pessoas para formar uma guerrilha e libertar a região amazônica do imperialismo americano.

Em 1967, treze dias após adentrarem a densa floresta para o início das atividades, os “guerrilheiros” foram detidos pelos militares. Mesmo malograda a tentativa, podemos indagar que mais do que a existência de uma “rede de relações” envolvendo as duas maiores cidades do norte do país, suspeitamos da possibilidade de uma rede de resistência que ligou estas cidades aos países de fronteiras. Sendo assim, as fronteiras podem ser enxergadas como espaço de trânsito de ideias, táticas e experiências entre os diversos sujeitos sociais na luta pela libertação da situação colonial, presente nas nações periféricas. Isto fica nítido nas ideias motivadoras do grupo, apontadas como ações que visavam atrapalhar as operações dos imperialistas e incitar a revolta na região⁴³.

Em nossa pesquisa, ressaltamos que os espaços de ação das *redes de resistência* permitiram aos estudantes criarem suas próprias táticas em constante diálogo com as pautas nacionais. Por aqui, construíram diversas práticas dentro do movimento estudantil para manifestar suas críticas ao estado de situação colonial que dominava o cenário político, econômico e social, impedindo-os de construir projetos que vissem compreender a realidade amazônica com intuito de enfrentá-la a partir de suas experiências. Isto desfaz os discursos oficiais produzidos pelos agentes da comunidade de informações de que os estudantes do Amazonas estariam sendo aliciados pelos do “centro político” (sudeste) do país, ou mesmo sujeitos “ordeiros” e “pacíficos” resignados com sua realidade. Pelo contrário, suas mobilizações demonstraram que não deixaram de manter contatos e trocas, assumindo as pautas nacionais contra a ditadura, mas quando chegavam ao Estado, também tomava feições as reivindicações regionais. Permitimos enxergar essas regiões a partir de elos de interligação, com conexões e trânsitos de distintas culturas, línguas, ideias e bem simbólicos/culturais⁴⁴.

⁴³ QUEIRÓS, Op. Cit.

⁴⁴ ALBUQUERQUE, *Amazonialismo*, p. 87.



Em quarto lugar, a partir dessas inquietações que visam analisar as Amazônia em movimento, longe do “atraso” e do “vazio estático”, urge em nossa região uma preocupação historiográfica capaz de apresentar o norte como “lugares de referência”, sempre no plural, pondo em xeque a perspectiva de que nossos trabalhos científicos possuem em seu escopo, limitações regionalistas, enquanto os ditos “grandes centros”, a partir do sudeste e sul, produzem escritas com vistas de um caráter universalista na história do Brasil⁴⁵. Neste tempo presente, em que uma pretensa guinada reacionária toma imperiosamente nossa sociedade, o caminho pavimentado tanto pela reflexão intercultural quanto pelas proposições decoloniais, incita aos historiadores a tomarem coragem em direção a liberdade da palavra a partir da crítica às representações e linguagens hegemônicas.

Ademais, esse texto não se trata apenas de mapear as obras historiográficas amazônicas, mas é um manifesto capaz de incentivar futuros e presentes historiadores a romper com o *amazonialismo* presente em nossas produções⁴⁶. Aliás, para transformar as metáforas que governam os nossos olhares, Gerson Albuquerque manifesta que o nosso maior desafio é o combate aos nossos próprios referenciais e visões de mundo⁴⁷.

De início, precisamos tomar consciência em vista de produzir novas abordagens não só para designar uma macrorregião, mas, que sejam capazes de compreender as particularidades de nossas espacialidades e temporalidades a partir da noção de *Amazônias*, concentrando narrativas sobre as gentes, culturas, línguas, crenças, fazeres e práticas culturais em distintos territórios⁴⁸. Neste sentido, é necessário que essas abordagens possam contemplar a pluralidade cultural e o dinamismo histórico destes conjuntos de universos, pois, preferir tal noção é dar vazão à diversidade de temas e saberes de cada local articulados pela particularidade de seus conhecimentos históricos. Por último, compreender que existem várias formas de pensar e estar nestes

⁴⁵ NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n° 10, 1993, p. 10.

⁴⁶ Para um maior panorama: cf. f. QUEIRÓS, C.A.B. “Faz escuro, mas eu canto”: história e historiografia sobre ditadura militar no Amazonas. In _____ (org.). *Historiografia amazonense em perspectiva*. Manaus: Editora Valer, 2020. QUEIROZ, Thiago R. Memória, ditadura e o papel dos historiadores no estado do Amazonas. In.: QUEIRÓS, C. A. B; PEREIRA, K. *Trabalho, direitos sociais e democracia no Brasil*. Coleção ANPUH, Vol. 1. Curitiba: Editora CRV, 2021. SACRAMENTO, E. D. Processos de resistência na Amazônia nos tempos da Ditadura Civil-Militar: entre a memória e a história. *Revista Moara* – Edição 44 – jul - dez 2015. VELARDE, J. C; PACHECO, A. S. Silêncios da historiografia brasileira: O golpe civil-militar em experiências de pesquisa no Pará. *Antíteses*, v. 8, n. 15, nov. 2015.

⁴⁷ ALBUQUERQUE, *Amazonialismo*, Op. Cit., p. 95.

⁴⁸ ALBUQUERQUE, *Amazonialismo*, Op. Cit., p. 79.



lugares de encontros e desencontros, com “histórias e trajetórias próprias de indivíduos e coletividades em específicos intercâmbios com a natureza e outros seres”⁴⁹.

Mais do que nunca, este é o momento propício para que a nossa palavra, aprisionada, seja libertada⁵⁰. Aliás, essa tensão entre o apelo por uma nova prática de linguagem e o sistema de representação intelectual hegemônico, remonta aos protestos estudantis de maio de 1968 que eclodiram em França⁵¹. Na ocasião, Certeau analisou o processo de crise do “sistema de representação política” na sociedade francesa, emergido através das manifestações contrárias à apatia da estabilidade em que a geração de seus pais estava imersa, além de fortemente afastadas de seus anseios. Ali, os estudantes abriram a “brecha” ideal para a “tomada da palavra”, ou seja, a recomposição do campo do possível, traduzido também de forma crítica às representações, sobretudo, demonstra um apelo atemporal que permanece, indica e acena pela novidade como forma de manter vivo o próprio processo de fazer e escrever história, essencialmente como caminho de libertação capaz de defender aquilo que somos.

Essa “geração de 1968”, de acordo com o historiador Paulo Sérgio, imprimiu uma identidade revolucionária que, mesmo marcada por traumas consequentes dos tempos autoritários, souberam através de várias frentes de resistência transformar o presente, seja pela luta armada nas guerrilhas ou através de suas profissões, firmado nelas seus compromissos político-sociais. Em Belém, por exemplo, esses estudantes vivenciaram fértil contexto de mudança cultural e social, sonharam nas ruas e universidade implementar as modificações sociais a partir do projeto coletivo, almejando “reinventar o país dentro de um projeto desenvolvimentista de inspirações nacionalistas e anti-imperialistas”⁵².

No transcorrer do tempo, outras gerações foram tomando protagonismo no cenário político. Durante o contexto transicional da abertura política, as mulheres estudantes enfrentaram não só a ditadura, mas, sincronicamente, lutaram pela segurança de seus corpos e o combate à misoginia no meio político em que estavam inseridas. Coube a historiadora Priscila Diógenes tecer essas lembranças que

⁴⁹ Ibidem, p. 87.

⁵⁰ CERTEAU, Michel. *La prise de parole et l'autres écrits politiques*. Paris: Du Seuil, 1994, p. 40.

⁵¹ Ibidem, p. 62.

⁵² SOARES, Paulo S. C. 1968, *o Movimento Estudantil na UFPA: Memória e História de uma geração*. Dissertação de Mestrado em História PPHIIST/UFPA, Belém, 2019, p. 57.



esperaram o momento propício a serem expressas para discorrer sobre um inquietante apontamento: o ofuscamento do protagonismo feminino estudantil diante da memória construída e narrada por homens⁵³. Ao reconstruir os fatos, Diógenes descortinou as estratégias do regime em inibir suas táticas, partindo do recorte de classe e gênero para contextualizar a militância estudantil feminina através da história oral e da pesquisa de documentos sensíveis do SNI na Universidade do Amazonas, revelou o monitoramento das pautas feministas e a luta pela democracia ao mesmo tempo em que enfrentavam as atitudes machistas dos companheiros.

Notamos isso na entrevista de Lúcia Antony, ao salientar as violências de gênero sofridas pelas mulheres dentro do movimento estudantil, entendido como de esquerda e progressista:

A gente viveu muito essa questão do preconceito, então, por exemplo, uma menina que militava no movimento estudantil, na cabeça de muitos homens era uma mulher que também estava disponível pra sexo, isso era uma coisa tida como normal⁵⁴.

Neste contexto, sua militância também visou a proteção ao corpo das mulheres industriárias que apresentavam atestados de laqueadura para conseguirem empregos, além da criação de creches que as possibilitariam de frequentarem a universidade evitando a sobrecarga doméstica.

Essa dupla luta também é notada tanto na perseguição física e psicológica de Maria da Conceição Derzi, cujos textos jornalísticos foram constantemente censurados, quanto de Arminda Mourão, frequentemente intimidada pelos agentes infiltrados nos corredores e salas da universidade, frisando que “o espaço de liderança para as mulheres não foi fácil de alcançar, ainda mais em tempos autoritários”⁵⁵.

É preciso mais do que nunca arriscar pela liberdade da palavra, assim como essas estudantes e trabalhadores capturados pela palavra que acreditaram libertar. Na ocasião ao defender o que são somente tinham a “verdade nova, frágil, que é a sua experiência”⁵⁶.

Paralelamente, estamos também diante da crise das representações que moldaram nossa região e diante desta “brecha”, presenciamos a oportunidade única

⁵³ POLLOCK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2., 1989, p. 17.

⁵⁴ DIÓGENES, Nilda Priscila L. *Memória de Luta: Mulheres e o movimento estudantil na Universidade do Amazonas (1978 - 1988)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2024.

⁵⁵ DIÓGENES, Op. Cit.

⁵⁶ CERTEAU, *La Prise...*, Op. Cit, p. 57.



para notar a “resistência silenciosa” presente na “força dos fracos” contra à violência dos fortes presente nas historicidades das amazônias. Afinal, “é no terreno de contradições e de relações sociais assimétricas que os sujeitos erguem suas demandas”⁵⁷.

Neste campo de influências e possibilidades, não posso deixar de citar também a “tomada da palavra” do líder ticuna Pedro Inácio Pinheiro (Ngematücü) no decorrer das reuniões entre as comunidades indígenas do Alto Solimões durante a década de 1980. Em plena ditadura militar, na defesa de suas terras, organizou a comunicação entre as diversas etnias e juntos encaminharam a possibilidade expressiva no campo da instituição de direitos e da abertura de canais de participação com vistas à articulação de suas resistências. Neste processo descrito pela historiadora Tamily Frota, apontamos a guinada em sua experiência histórica ante sua própria identidade enquanto indígena: a partir de sua luta, vislumbrou quem era, como parte do processo de autonomia e rompimento da tutela em níveis pessoal e estrutural. Tal processo é uma novidade instauradora capaz de ressignificar o antigo e transformá-lo profundamente, permitindo “compreender como a construção da autonomia coletiva perpassa o refazer da identidade própria”⁵⁸.

Talvez, possamos começar a partir da escrita da história da ditadura militar nestes diversos conjuntos de universos, contestando a reprodução de visões simplistas e negacionistas que indicam que não houve resistência à ditadura, ressaltando que as centelhas democráticas da atualidade não foram concedidas, mas, frutos das práticas de resistência que insistiram em se opor aos projetos políticos, a tutela, aos jogos de acomodações e aos acordos conciliatórios de nossas elites.

Reflexões conclusivas

Afinal, a historiografia permite fazer o trabalho de luto e a pagar as dívidas do presente, assim como também é veículo que luta contra o esquecimento⁵⁹. Ainda mais nestes lugares, onde as vítimas do autoritarismo foram expiradas pela lógica da dizimação, na instalação de regimes de “terror” em aldeias, campos e cidades, onde

⁵⁷ PANTOJA, Tamily F. *Arquivos da violência: perspectiva sobre o genocídio indígena no Brasil e as disputas de tipificação criminal em torno do “massacre do capacete”* (1988). Anais do 31º Simpósio Nacional de História, ANPUH - Brasil, Rio de Janeiro, 2021.

⁵⁸ PANTOJA, Tamily. *Genocídio Indígena e os Arquivos da Violência: o Caso do “Massacre do Capacete”* (Alto Solimões/AM, déc. 1980). Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2023, p. 117 – 125.

⁵⁹ CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 62.



corpos vítimas da violência política desapareceram em que o processo de extermínio físico e cultural de grupos étnicos configurou-se como processos de genocídio inseridos em questões de longa historicidade⁶⁰. Como bem afirma Tamilly Frota, não é regra o Estado brasileiro lidar com crimes de genocídio, pois, apesar das constantes práticas de denúncia e do ordenamento jurídico, são as disputas sociais que engendram os processos⁶¹. Logo, a responsabilidade do historiador para com os mortos deve ser ainda mais compromissada em sua escrita historiográfica, para que esses tenham direito ao luto e as suas experiências não sejam relegadas ao limbo do esquecimento⁶².

Para tanto, é preciso reconhecer que o processo de operação historiográfica nos comove, ainda mais quando somos carregados pela tensão de uma história que não quer passar. O envolvimento com as fontes deste período não pode ser influenciada pela frieza da objetividade e nem pela paixão subjetiva desordenada, contudo, não pode ser apartada da empatia da obrigação moral de respeitar o *ethos* da justiça⁶³. Em suma, não podemos ser coniventes com o genocídio que emergem dos documentos históricos, tão menos insensíveis em compreender que escrevemos outras histórias. Necessitamos captar as tensões dinâmicas de nosso tempo presente, evitando os rastros de um colonialismo interno remanescente em especialistas que não se atém a leitura de produções locais atualizadas.

Em nosso país, onde a memória hegemônica liberal-conservadora firmou-se ao longo do tempo, cada vez mais se torna necessário o refinamento epistemológico e a valorização do profissional de História, a fim de refutar os negacionismos e assentar a busca de um realismo crítico em suas narrativas. Indicando que o historiador não tem escrita descompromissada, mas que necessita dialogar com as evidências, deve teorizar conceitos e materializar suas ideias durante a pesquisa. Finalmente, demonstrar atenção ao historicizar os conceitos, bem como estar esclarecido quanto às questões de limitações epistemológicas, principalmente, escrever o passado pensando como no passado.

Queremos os historiadores nas fronteiras, capazes de direcionar nossos olhares para o diálogo interdisciplinar, sem receios de procurar na leitura de produções

⁶⁰ PANTOJA, Genocídio Indígena... Op. Cit.

⁶¹ Ibidem, p. 128,

⁶² BAUER, Caroline S. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017, p. 99.

⁶³ KOSELLECK, Reinhart. *Historia, derecho y justicia*. In: _____. *Modernidad, culto, a la muerte y memoria nacional*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011, p. 21.



interseccionais outras formas de enxergar e compreender essa imensa constelação de diversidade, capazes de tornar as fronteiras pontos de encontro, de superar a epistemologia destrutiva, de traçar pontos de convergência entre a História Social e História Cultural⁶⁴.

Desejamos pensar uma história outramente, protagonizado por ousados e honestos historiadores aptos de conduzir uma ruptura instauradora no campo historiográfico, capazes de não apenas “tomar a palavra”, mas, provocar uma ação instauradora revigorada por métodos transformadores a partir de novas abordagens históricas. Capacitados em transpor as fronteiras do problema da crise da representação, de levar a linguagem a sério, de enxergar as múltiplas e plurais histórias das Amazônias como referências⁶⁵. Afinal, não é mesmo a História a ciência da mudança?

Data de submissão: 07/12/2024

Data de aceite: 26/06/2025

Referências bibliográficas:

ALBUQUERQUE, Gerson R. História e Historiografia do Acre: Notas sobre os silêncios e a lógica do progresso. *Tropos: comunicação, sociedade e cultura*. Vol. 1, n. 4, 2015.

_____. Amazonialismo. In _____; PACHECO, A. (orgs.). *Uwakürü: Dicionário analítico*. Rio Branco: Nepan Editora, 2016.

ALMEIDA, Alfredo W. B. *Antropologia dos Archivos da Amazônia*. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

AMARAL, Vinicius A. “*Ou a revolta ou a obediência estúpida*”: Aldísio Filgueiras frente à ditadura civil-militar (1964-1968). Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2015.

_____. *O “cruzado amazônico”*: A trajetória pública e o governo de Arthur Cezar Ferreira Reis (1930 – 1970). Tese de doutorado em História PPGH/UFF, 2021.

BALANDIER, Georges. A situação colonial: abordagem teórica. *Cadernos Ceru*, v. 25, n.1. São Paulo, 2014.

BAUER, Caroline S. *Como será o passado?* História, historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. Ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

CATROGA, Fernando. *Memória, história e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

⁶⁴ TOSH, John. *A busca da história: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 262.

⁶⁵ CERTEAU, *A Escrita...*, Op. Cit., p. 83.



CERTEAU, Michel. *La prise de parole et l'autres écrits politiques*. Paris: Du Seuil, 1994.

_____. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

_____. *A invenção do cotidiano: Artes de Fazer*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

DIÓGENES, Nilda Priscila L. *Memória de Luta: Mulheres e o movimento estudantil na Universidade do Amazonas (1978 - 1988)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2024.

DREIFFUS, René A. 1964: A conquista do Estado: Ação Política, Poder e Golpe de Classe. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

FICO, Carlos. *O golpe de 64: momentos decisivos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FONTES, Edilza. J. Uma reforma agrária e dois Beneditos: prisões e assassinatos em 1964, no Pará. In: QUEIRÓS, C. A. B.; UGARTE, A. S. (Orgs.). *Trajetórias políticas na Amazônia Republicana*. Manaus: Editora Valer, 2019.

HARRIS, Mark. Presente ambivalente: uma maneira amazônica de estar no tempo. In: ADAMS, Cristina et al. *Sociedades caboclas amazônicas: modernidade e invisibilidade*. São Paulo: Annablume, 2006.

ISHAQ, Vivien; et all. *A escrita da repressão e da subversão, 1964 – 1985*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

KOSELLECK, Reinhart. Historia, derecho y justicia. In: _____. *Modernidad, culto, a la muerte y memoria nacional*. Madri: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 2011.

LOBATO, Sidney. Os empresários e a Amazônia: Planejamento regional e protagonismo empresarial no início da ditadura militar (1964 – 1966). In: REIS, T. S. et all. *Coleção história do tempo presente*. Vol 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

MAGALHÃES, Talita G. *O Relatório de Jader de Figueiredo: Memórias, a violação dos direitos indígenas e a ditadura civil-militar no Amazonas (1962 – 1968)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2020.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, nº 10, 1993.

OLIVEIRA, João P. *O Nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação das alteridades*. Rio de Janeiro: ContraCapa, 2016.

PINTO, Renan F. A Amazônia de Euclides da Cunha. In: CUNHA, E. *Amazônia – Um paraíso perdido*. Manaus: Editora Valer, 2011.

PANTOJA, Tamily F. *Arquivos da violência: perspectiva sobre o genocídio indígena no Brasil e as disputas de tipificação criminal em torno do “massacre do capacete”*



(1988). Anais do 31º Simpósio Nacional de História, ANPUH - Brasil, Rio de Janeiro, 2021.

_____. *Genocídio Indígena e os Arquivos da Violência: o Caso do “Massacre do Capacete”* (Alto Solimões/AM, déc. 1980). Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2023.

POLLOCK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2., 1989.

QUEIRÓS, Cesar A. B. “Amazônia em Armas”: luta e resistência contra a ditadura militar no Amazonas. *Revista Labirinto*, Vol. 31, 2019.

RODRIGUES, Leonardo B. *Norte resistência: experiências estudantis, cultura política e a Ditadura militar no Amazonas (1964 - 1985)*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UFAM, Manaus, 2022.

SANTOS, Dorival C. *O regime ditatorial militar no Amapá: terror, resistência e subordinação – 1964/1974*. Dissertação de Mestrado em História PPGH/UNICAMP, Campinas, 2001.

SCOTT, James. *A Dominação e a Arte de Resistência*. Letra Livre: Lisboa, 2013.

SILVA, Francisco B. *O golpe militar de 64 no Estado do Acre, Brasil: denunciismo, fragilidade democrática e hipertrofia do executivo*. In: VIII Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.

SOARES, Paulo S. C. *1968, o Movimento Estudantil na UFPA: Memória e História de uma geração*. Dissertação de Mestrado em História PPHIIST/UFPA, Belém, 2019.

TOSH, John. *A busca da história: objetivos, métodos e as tendências no estudo da história moderna*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VIEIRA, Jaci G. *Ditadura Militar, povos indígenas e a Igreja Católica na Amazônia: a Congregação da Consolata e o novo projeto de missão entre os índios de Roraima (1969 a 1999)*. Manaus: Editora Valer, 2019.

Fontes:

EUA, Arquivo Nacional. Resumo Mensal – setembro 1963, Não classificado. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para o Departamento de Estado (EUA), 4 de outubro de 1963.

EUA, Arquivo Nacional. Week 33, Nº A- 1501 – Confidencial. Aerograma do Consulado Americano (Belém) para Departamento de Estado (EUA), 19 de junho de 1964.

EUA, Arquivo Nacional. Expressões de descontentamentos dos estudantes no norte. Nº A-13. Confidencial. Aerograma enviado da Embaixada do Rio de Janeiro para o Departamento de Estado (EUA), 26 de setembro de 1966.

A Província do Pará (Belém)



Jornal Pessoal (Belém)

A crítica (Manaus)

Folha de São Paulo (São Paulo)

